



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Brasília (DF), 02/06/2017.

CONTROLE DE VERSÕES		
VERSÃO	DATA	HISTÓRICO
Equipe de Planejamento da Contratação		

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Art. 14. O Termo de Referência ou Projeto Básico será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação a partir do Estudo Técnico Preliminar da Contratação e conterá no mínimo, as seguintes informações:

I - definição do objeto da contratação, conforme art. 15;

II - justificativa para contratação e descrição da Solução de Tecnologia da Informação, conforme art. 16;

III - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 17;

IV - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 18;

V - Modelo de Execução do contrato, conforme art. 19; VI - Modelo de Gestão do contrato, conforme art. 20;

VII - estimativas de preços da contratação, conforme art. 22;

VIII - adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 23; IX - regime de execução do contrato, conforme art. 24; e X - critérios para seleção do fornecedor, conforme art. 25.

§1º Nas licitações do tipo técnica e preço, deve-se:

I - incluir, para cada atributo técnico da planilha de pontuação, sua contribuição percentual com relação ao total da avaliação técnica; e

II - proceder a avaliação do impacto de pontuação atribuída em relação ao total de pontos, observando se os critérios de maior peso são de fato os mais relevantes e se a ponderação atende ao princípio da razoabilidade.

§2º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de:

I - parcelamento da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem técnica e economicamente viáveis, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da Solução; e

II - permitir consórcio ou subcontratação da Solução de Tecnologia da Informação, observado o disposto nos arts. 33 e 72 da Lei nº 8.666 de 1993, respectivamente, justificando-se a decisão.

§3º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará, ainda, a necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

§4º Nas licitações por preço global, cada serviço ou produto do lote deverá estar discriminado em itens separados nas propostas de preços, de modo a permitir a identificação do seu preço individual na composição do preço global, e a eventual incidência sobre cada item das margens de preferência para produtos e serviços que atendam às Normas Técnicas Brasileiras (NTB), de acordo com o art. 3º, § 5º da Lei nº 8.666, de 1993.

§5º O Termo de Referência ou Projeto Básico, a critério da Área Requisitante da Solução ou da Área de Tecnologia da Informação, poderá ser disponibilizado em consulta ou audiência pública, a fim de avaliar a completude e a coerência da especificação dos requisitos, a adequação e a exequibilidade dos critérios de aceitação.

§6º O Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e aprovado pela autoridade competente.

DECRETO Nº 5.450, DE 31 DE MAIO DE 2005.

Art. 17. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial da União; e

b) meio eletrônico, na internet;

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação local;

III - superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação regional ou nacional

SUMÁRIO

1	Objeto da contratação.....	1
2	Justificativa da contratação.	2
2.1	Necessidade da contratação.	3
2.2	Motivação e demonstrativo de resultados.....	4
2.3	Alinhamento com as estratégias organizacionais.	5
2.4	Alinhamento com leis, normas e regulamentos.	5
3	Requisitos da contratação.....	6
3.1	Requisitos da contratação.	6
3.2	Requisitos Técnicos.....	7
3.3	Requisitos Funcionais.....	7
3.4	Requisitos Não Funcionais	7
3.5	Especificações gerais e técnicas.	8
3.5.1	<i>Dos Produtos.</i>	<i>8</i>
3.5.2	<i>Do Quantitativo e ativação das licenças de uso.</i>	<i>8</i>
3.5.3	<i>Dos critérios de sustentabilidade ambiental.</i>	<i>9</i>
3.5.4	<i>Do Serviço de Assistência e Garantia.</i>	<i>9</i>
4	Modelo de Execução.....	10
4.1	Mecanismos formais de comunicação.	10
4.1.1	<i>Ordem de Serviço.....</i>	<i>10</i>
4.1.2	<i>Chamado Técnico</i>	<i>10</i>
4.1.3	<i>Níveis de serviço.....</i>	<i>10</i>
4.2	Condições de recebimento dos bens e serviços.....	10
5	Modelo de Gestão.....	12
5.1	Locais e prazos de entrega.....	12
5.2	Metodologia de avaliação da qualidade e da adequação às especificações.....	12
6	Exigências de habilitação.....	15
6.5	Requisitos técnicos de habilitação.....	15
6.6	Dos Atestados de Capacidade Técnica.....	16
7	Forma de Pagamento.....	16
8	Reajuste de Preços.....	17
9	Sanções Administrativas.....	17
10	Inadimplemento Contratual.....	18
11	Responsabilidades das partes.....	20
11.1	Responsabilidades do CONTRATANTE.....	20
11.2	Responsabilidades da CONTRATADA.....	21
11.2.1	<i>Obrigações Específicas.</i>	<i>23</i>
11.3	Sigilo e Segurança das Informações	24

11.4	Vigência Contratual.....	24
11.5	Aditamento Contratual.	24
11.6	Garantia Contratual.....	24
11.7	Fiscalização.	24
12	Estimativa de preços da contratação.	25
13	Adequação orçamentária.....	26
13.1	Modalidade de Licitação e Forma de Julgamento.	27
13.2	Requisitos da proposta técnica.	27
13.3	Critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais.	28
13.4	Critérios de julgamento.	29
14	Disposições gerais.....	29
15	Assinaturas.....	30
ENCARTE I.	MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS.	31
ENCARTE II.	MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	32
ENCARTE III.	MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO.	36

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Objeto da contratação: Relação de itens e valores máximos estimados.....	1
Tabela 2. Objeto da contratação: Ativação do licenciamento.....	1
Tabela 3. Necessidade da contratação	3
Tabela 4. Descrição de resultados a serem alcançados com a contratação.....	4
Tabela 5. Descrição do alinhamento estratégico da contratação.....	5
Tabela 6. Descrição e especificação dos requisitos de negócio.....	6
Tabela 7. Descrição e especificação dos requisitos técnicos.....	7
Tabela 8. Descrição e especificação dos requisitos funcionais.....	7
Tabela 9. Descrição e especificação dos requisitos não funcionais.....	7
Tabela 10. Ativação das licenças: Quantitativo e datas de ativação.....	9
Tabela 11: Planilha de estimativa de preços da contratação.....	25
Tabela 12: Planilha de orçamento e indicação da fonte de recursos.....	26

ÍNDICE DE FIGURAS

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.

1 Objeto da contratação.

Aquisição dos direitos de manutenção, suporte técnico, fornecimento de *patches* de segurança, correção de *bugs* e atualização de versões, pelo período de **36** (trinta e seis) meses, **24** (vinte e quatro) horas por dia, durante **7** (sete) dias por semana, para **12** (doze) licenças do software **VMware vSphere Enterprise Plus**, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental e **1** (uma) licença do software **VMware vCenter Server Standard**, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental.

Tabela 1. Objeto da contratação: Relação de itens e valores máximos estimados.

LOTE	ITEM	SOLUÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
01	01	Licença de uso do software VMware vSphere Enterprise Plus para sistema operacional Windows, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de <i>patches</i> de segurança, correção de <i>bugs</i> e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	Serviço	12 composta por 8 (*) + 4 (**)
	02	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de <i>patches</i> de segurança, correção de <i>bugs</i> e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	Serviço	

(*) e (**) A LICITANTE deve se atentar quanto ao **quantitativo** e **data de ativação** das licenças do software VMware® vSphere Enterprise Plus, que será realizado seguindo os prazos de licenciamento apresentados na Tabela 2. Objeto da contratação: Ativação do licenciamento. Ressalta-se que a ativação do licenciamento deverá ocorrer **a partir do dia seguinte ao vencimento das atuais licenças ativas**, conforme estabelecido na referida tabela que apresenta os detalhes do contrato vigente:

Tabela 2. Objeto da contratação: Ativação do licenciamento.

ACCOUNT	CONTRACT ID	ATIVA ATÉ:	LICENCIAMENTO DEVE INICIAR EM:	PRODUTO	LICENÇAS
112025399	415073119	26-06-2017	27-06-2017	VMware® vSphere 5 Enterprise Plus for 1 processor	4
				VMware® vSphere 6 Enterprise Plus for 1 processor	4
	416449289	31-03-2018	01-04-2018	VMware® vCenter Server 5 Standard for vSphere 5 (Per Instance)	1
				VMware® vCenter Server 6 Standard for vSphere 6 (Per Instance)	1

ACCOUNT	CONTRACT ID	ATIVA ATÉ:	LICENCIAMENTO DEVE INICIAR EM:	PRODUTO	LICENÇAS
				VMware® vSphere 5 Enterprise Plus for 1 processor	8
				VMware® vSphere 6 Enterprise Plus for 1 processor	8

- 1.1 A CONTRATADA deverá entregar as licenças atendendo à descrição especificada na Ordem(ns) de Serviço(s), emitida pelo CONTRATANTE, onde constará o quantitativo e data de ativação das licenças do software, conforme estabelecido no item 3.5 Especificações gerais e técnicas.

2 Justificativa da contratação.

O IPHAN conta com diversos sistemas baseados em Tecnologia da Informação que auxiliam na execução de suas atividades cotidianas. Sendo que para planejar, gerir, desenvolver, manter e evoluir esses sistemas há um corpo técnico de profissionais da área de Tecnologia da Informação que, por sua vez, também necessitam de variados softwares específicos de apoio à execução de suas tarefas.

Assim, para executar tais atividades com bom nível de precisão técnica e produtividade adequada, é imprescindível o uso de soluções de tecnologia da informação – como softwares específicos – capazes de lhes oferecer o adequado suporte. Ocorre que esses softwares, em geral, são protegidos por leis de propriedade intelectual (software proprietário) e dependem de licenciamento junto ao fabricante para que possam ser utilizados de forma legal.

No Brasil o uso não autorizado de programa de computador (software) protegido por direitos de propriedade intelectual é considerado crime e sujeita o autor a diversas penalidades, na forma do artigo 12 da Lei Federal nº 9.609, de 19 de fevereiro de 19981. Esta mesma lei determina que o uso regular de tais programas deva dar-se mediante o chamado “contrato de licença de uso”.

Portanto, o uso de tais soluções do âmbito do IPHAN – órgão público federal submetido ao princípio constitucional da legalidade – exige a adoção do correto procedimento de licenciamento.

O ambiente tecnológico do IPHAN é composto por vários serviços de TI distribuídos, parte em servidores de rede físicos (2 Servidores Dell R920 e 5 Servidores IBM x3650) e parte em máquinas virtualizadas (aproximadamente 160 servidores).

A virtualização de servidores de rede é uma técnica de execução de um ou mais servidores virtuais sobre um servidor físico. A virtualização permite implementar uma infraestrutura flexível de vários sistemas operacionais em único servidor físico, a qual pode ser alterada e dimensionada de forma simples para suportar as demandas do ambiente institucional, tendo entre várias vantagens o melhor aproveitamento da máquina física, flexibilidade, interoperabilidade, e economia de energia elétrica no ambiente do *Data Center*. A virtualização do ambiente de tecnologia da informação (TI) permite que os serviços prestados estejam em qualquer servidor e a qualquer momento, trazendo economia no gasto energético e reduzindo a necessidade de aquisição de servidores físicos de rede. Além disso, a virtualização permite um controle do uso dos recursos dos servidores, com os serviços virtuais tendo suas capacidades de processamento redimensionadas dinamicamente, podendo-se acrescentar mais capacidade de processamento a um sistema de TI em tempo real.

¹ Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19609.htm

Visando atualizações que garantam estabilidade e disponibilidade da infraestrutura para os próximos anos e a renovação do licenciamento dos recursos tecnológicos já implementados no *Data center* da CGTI, faz-se prioritária e essencial a atualização e manutenção do suporte técnico da solução de virtualização utilizada atualmente pela autarquia (solução *VMware*). Em busca da melhoria dos serviços internos e padronização da solução que já compõe nossa base de virtualização torna-se estratégica e necessária o provimento de programa de atualização continuada de softwares específicos e de suporte técnico ao seu uso, incluindo atualização de versões e evoluções de segurança, pois a migração para outros produtos demandaria longo tempo e possível indisponibilidade de serviços indispensáveis à Instituição:

- O software *VMware® Enterprise Plus* adequa-se ao padrão tecnológico do órgão, e atende satisfatoriamente as especificações técnicas e as necessidades de negócio, oferecendo condições suficientes de manutenção, assistência técnica e garantia.
- As licenças de atualização (*upgrade*) da solução *VMware* garante a manutenção do padrão tecnológico do órgão, equalizando as versões de todos os softwares específicos utilizados. As licenças adquiridas e atualizadas, por período determinado de tempo, garantem a manutenção do padrão tecnológico atualizado pelo período contratado, sendo condição necessária para provimento de manutenção e assistência técnica às licenças adquiridas.

A contratação em tela trata da aquisição dos direitos de manutenção, suporte técnico, fornecimento de *patches* de segurança, correção de *bugs* e atualização de versões da solução de virtualização de servidores corporativos de rede, composta por *software* de virtualização de servidores, e software de gerência, conforme especificações técnicas definidas pelo IPHAN. Destaca-se que a migração para outros produtos demandaria longo tempo e possível indisponibilidade de serviços indispensáveis à Instituição.

Os serviços contratados deverão ter garantia por meio de assistência técnica e garantia de funcionamento durante o período mínimo **36** (trinta e seis) meses. Durante o período de vigência do contrato deve ser permitida a atualização do *software* para as versões mais recentes, sem ônus adicional para o IPHAN. A atualização de versão deve ser entendida como direito para atualização dos softwares, incluindo versões posteriores, versões de manutenção (*maintenance releases*) e atualizações (*updates*) que forem disponibilizadas para o software de virtualização.

2.1 Necessidade da contratação.

A aquisição de solução de virtualização de servidores de rede encontra amparo entre os objetivos e diretrizes que orientam o planejamento organizacional. O objetivo é garantir o funcionamento adequado das soluções de TI, ponderando sempre a relação custo/benefício, à medida que avança o uso e a consequente dependência das atividades do IPHAN em relação a essas soluções.

A necessidade da contratação está ligada a sustentação da infraestrutura tecnológica e de serviços, que prevê a renovação, padronização e modernização constante do parque computacional da autarquia, de acordo com as referências governamentais e de mercado no que tange aos aspectos de segurança, desempenho, conectividade, usabilidade e disponibilidade.

Tabela 3. Necessidade da contratação

ID	NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO
01	Padronização dos produtos que compõem a base de virtualização.
02	Prover e dar suporte técnico a uma solução em pleno uso no IPHAN.
03	Redução da necessidade de novos servidores físicos.
04	Economia de energia, tendo em vista a diminuição da necessidade de equipamentos físicos.

2.2 Motivação e demonstrativo de resultados.

O IPHAN possui em seu parque computacional um ambiente heterogêneo composto de servidores de rede (físicos) e servidores virtuais, além de equipamentos *appliances* para *storage* EMC, firewall FortiGate Modelo FortiNet 1500D, Robô de *Backup*, e roteadores.

Devido ao crescente número de usuários e a grande demanda por novas aplicações, torna-se necessária à expansão de serviços disponibilizados internamente, que precisam ser alocados em servidores de rede. Ressalta-se que a inserção de servidores físicos de rede no *Data Center* eleva o custo associado à sua operação e manutenção, além da preocupação no que tange ao fornecimento de peças de reposição, e um alto consumo relacionado a energia elétrica, refrigeração de ar e espaço físico.

A solução de virtualização é uma alternativa que permite uma infraestrutura flexível que pode ser alterada e dimensionada de forma simples de modo a suportar as demandas do ambiente institucional. As instituições estão buscando formas de reduzir os custos em complexidade com o ambiente de TI, e a virtualização tornou-se um componente alternativo para o desenvolvimento de uma estratégia eficiente na busca destes objetivos.

Na área de informática existem produtos que obtêm certa notoriedade no mercado. A ferramenta VMware é uma das líderes no mercado no setor de virtualização, e atualmente é usada em vários órgãos da Administração Pública, tais como TCU, TSE e o próprio IPHAN. A solução VMware foi adquirida pelo IPHAN em processos de contratação anteriores, a citar 01450.002147/2014-11, 01450.008795/2012-19 e 01450.012555/2013-91, que trataram de aspectos relacionados a aquisição e renovação das licenças, suporte técnico e direito a atualização para softwares de virtualização da solução VMware. A contratação em tela prevê a continuidade de uso de uma solução de virtualização em pleno utilização na autarquia, visando a padronização dos produtos que compõe a base de virtualização, e alinhamento com as necessidades de negócio da instituição, que prevê a atualização do parque de licenças de softwares específicos, e fortalecimento da área de TI com adequação e aperfeiçoamento da infraestrutura de TI, além do licenciamento contínuo de uso e suporte de plataformas e ferramentas tecnológicas e conformidade legal com normas brasileiras de uso e licenciamento de programas e softwares.

Destaca-se que a utilização da ferramenta de virtualização pelo IPHAN, nos últimos anos, possibilitou uma redução da necessidade de uso de servidores físicos, sendo que hoje, existem implantados em torno de 160 (cento e sessenta) servidores virtuais, e 07 (sete) *hosts* físicos, além de possibilitar economia de energia, espaço e refrigeração de ambiente, pois são menos equipamentos físicos presentes no data center a se manter.

Para o negócio do IPHAN, o objetivo dessa contratação consiste na aquisição dos direitos de manutenção, suporte técnico, fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões da solução de virtualização de servidores corporativos de rede, composta por software de virtualização de servidores, e software de Gerência e assistência técnica de no mínimo 36 (trinta e seis) meses para toda a solução.

Tabela 4: Descrição de resultados a serem alcançados com a contratação.

ID	RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI.
1.	Proporcionar programa de licenciamento de softwares adequado à realidade do órgão, através de investimento financeiro racionalizado e planejado e proporcionando atualizações tecnológicas contínuas e suporte técnico adequado aos softwares em uso.
2.	Proporcionar conformidade legal às normas brasileiras de uso e licenciamento de computador, garantindo a continuidade dos serviços técnicos realizados pelo órgão que sejam suportados em soluções de software protegidas por direitos de propriedade intelectual.

ID	RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI.
3.	Prover licenciamento contínuo de uso e suporte do software de virtualização.
4.	Flexibilidade no dimensionamento da infraestrutura de servidores de rede.
5.	Redução de custos relacionados à energia elétrica, refrigeração de ar e espaço físico.
6.	Atualização do parque de softwares específicos já instalados, cujas versões em uso estão desatualizadas em relação às versões correntes no mercado.
7.	Presença de suporte técnico que garanta o fornecimento de atualizações contínuas (<i>updates</i> e <i>upgrades</i>) para o parque de softwares específicos licenciados do órgão.

2.3 Alinhamento com as estratégias organizacionais.

Tabela 5: Descrição do alinhamento estratégico da contratação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL:		<p>Mapa Estratégico</p> <p>Ser instituição coordenadora [...] dotada de [...] qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.</p>	
OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI:		<p>PDTI 2014-2017</p> <p>2. Modernização da infraestrutura tecnológica e de serviços, com renovação, padronização e modernização constante do seu parque computacional, de acordo com as referências governamentais e de mercado no que tange aos aspectos de segurança, performance, conectividade, usabilidade e disponibilidade.</p>	
		<p>5. Licenciamento progressivo dos softwares proprietários, com atualização constante das versões.</p>	
NSD	NECESSIDADE	INI	INICIATIVA ESTRATÉGICA
NSD-01	Manutenção dos serviços básicos de Tecnologia da Informação.	INI-03	Manter e evoluir os serviços técnicos de operação de data center.
		INI-09	Prover licenciamento contínuo de uso e suporte das plataformas e ferramentas tecnológicas.
ACP	AÇÃO/PROJETO		
ACP-037	Contratação e gestão dos serviços técnicos continuados de operação de data center.		
ACP-049	Realização de estudo técnico para adequação de plataformas tecnológicas utilizadas pelo IPHAN.		
ACP-052	Licenciamento de plataformas tecnológicas.		

2.4 Alinhamento com leis, normas e regulamentos.

O presente *Termo de Referência* guarda fundamento nos seguintes normativos:

- Decreto-Lei nº. 200/1967: Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

- b) Lei Federal nº 8.666/1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- c) Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- d) Decreto nº 3.555/2000: Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- e) Decreto nº 5.450/2005: Regulamente o Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.
- f) Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- g) Decreto nº 7.892/2013: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- h) Decreto nº 7.903/2013: Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona.
- i) Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008: Dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços continuados ou não. Essa norma aplica-se subsidiariamente à IN/SLTI 4/2014;
- j) Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014: Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

3 Requisitos da contratação.

Com base nas necessidades de negócio elencadas a solução de TI são descritos os seguintes requisitos e funcionalidades.

3.1 Requisitos da contratação.

Tabela 6: Descrição e especificação dos requisitos de negócio.

REQUISITOS DE NEGÓCIO			
ID NECESSIDADE	ID. REQUISITOS	REQUISITOS	ATOR ENVOLVIDO
01	RN 1	Prover licenciamento contínuo de uso e suporte das plataformas e ferramentas tecnológicas.	Área Requisitante
02	RN2	Manter e evoluir os serviços técnicos de operação de <i>data center</i> .	Área Requisitante
01	RN3	Provimento de licenças de atualização e subscrição para o parque já instalado de <i>softwares</i> específicos utilizados em apoio à execução de atividades técnicas finalísticas e de atividades técnicas específicas.	Áreas Técnicas, Áreas Administrativas e Área Requisitante.
02			

3.2 Requisitos Técnicos

Tabela 7: Descrição e especificação dos requisitos técnicos.

REQUISITOS TÉCNICOS	
ID. Requisitos Técnicos	Requisitos Técnicos
RT 1.	Licença de uso baseada, preferencialmente, em programa de licenciamento para governo.
RT 2.	As licenças devem garantir o acesso a novas versões dos produtos relacionados, bem como todas as atualizações de segurança e pacotes de correção de problemas, durante o período contratado.
RT 3.	As atualizações (<i>upgrades</i>) para as licenças em uso pelo CONTRATANTE devem assegurar o fornecimento da versão mais recente para o respectivo produto.
RT 4.	Todas as licenças devem ser totalmente compatíveis ao sistema operacional especificado.
RT 5.	Para cada conjunto de novas licenças adquiridas deverá ser fornecida, no mínimo, uma mídia original de instalação do <i>software</i> .

3.3 Requisitos Funcionais

Tabela 8: Descrição e especificação dos requisitos funcionais.

REQUISITOS FUNCIONAIS	
ID. Requisitos Funcionais	Requisitos Funcionais
RF 1.	Deverá ser informado ao CONTRATANTE, endereço eletrônico de internet do fabricante do respectivo <i>software</i> adquirido, onde seja possível realizar <i>download</i> de versões originais do produto, atualizações, pacotes de segurança e área de contato para reportar problemas ou solicitar suporte referente ao produto.
RF 2.	Deverá ser informado ao CONTRATANTE mecanismo de controle de disponibilidade e uso das licenças adquiridas, incluindo disponibilização dos números de série de todos os produtos entregues, e demais informações pertinentes ao uso das licenças adquiridas.
RF 3.	As mídias adquiridas devem permitir cópia e reprodução pelo CONTRATANTE exclusivamente para distribuição interna com a finalidade de instalar o produto adquirido.

3.4 Requisitos Não Funcionais

Tabela 9: Descrição e especificação dos requisitos não funcionais.

REQUISITOS NAO FUNCIONAIS	
ID. Requisitos Não Funcionais	Requisitos Não Funcionais
RNF 1.	Apenas serão aceitos produtos originais, assim atestados pelo seu fabricante.
RNF 2.	A mídia de instalação dos produtos deve ser original, de primeiro uso e adequadamente reservada em embalagem de proteção.

REQUISITOS NAO FUNCIONAIS	
ID. Requisitos Não Funcionais	Requisitos Não Funcionais
RNF 3.	Os produtos fornecidos devem ser possuir documentação técnica, preferencialmente em idioma Português do Brasil (Pt-Br) ou inglês.
RNF 4.	A documentação técnica dos produtos fornecidos deve ser entregue ao CONTRATANTE através de, no mínimo, uma das seguintes opções: a) formato impresso; b) formato eletrônico; e/ou c) disponibilização em meio eletrônico.

3.5 Especificações gerais e técnicas.

3.5.1 DOS PRODUTOS.

- Somente serão aceitas licenças governamentais na versão mais atualizada e preferencialmente, em idioma Português do Brasil (Pt-BR). Caso o software requerido não possua ainda versão em Português (Pt-BR) serão aceitas versões em Inglês.
- Juntamente com as licenças de uso, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE a documentação técnica completa e atualizada dos softwares licenciados, contendo os manuais técnicos, certificados de garantia e autenticidade, guias de instalação, inicialização, operação, adequação, mensagens auxiliares para solução de problemas, diagnósticos, especificações e outros pertinentes, todos redigidos, preferencialmente, em Português do Brasil (Pt-BR) ou em Inglês.
- A documentação deverá ser entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo. Será permitido à empresa contratada entregar os documentos em meio eletrônico, inclusive em página eletrônica para *download*.
- Caso o licitante vencedor venha a optar por entregar os softwares em mídia física, bem como a sua documentação, esta deverá ser original, com chancela do fabricante. As mídias de gravação dos softwares licenciados e entregues deverão ser novas, de primeiro uso, e estar devidamente acondicionadas em embalagem lacrada e original da empresa fabricante.

3.5.2 DO QUANTITATIVO E ATIVAÇÃO DAS LICENÇAS DE USO.

Os itens serão solicitados mediante Ordens de Serviço, na quantidade e periodicidade definidas pela CONTRATANTE, e deverão ser entregues pela CONTRATADA no endereço especificado pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá entregar as licenças atendendo à descrição especificada na Ordem(ns) de Serviço(s), emitida pelo CONTRATANTE, onde constará o quantitativo e data de ativação das licenças do software.

A solicitação deverá atender aos prazos de licenciamento apresentados na Tabela 2. Objeto da contratação: Ativação do licenciamento. Ressalta-se que a ativação do licenciamento deve ocorrer **a partir do dia seguinte ao vencimento das atuais licenças ativas, conforme previsto na Tabela 10: Ativação das licenças: Quantitativo e datas de ativação.**

Tabela 10: Ativação das licenças: Quantitativo e datas de ativação.

ACCOUNT	CONTRACT ID	ATIVA ATÉ:	LICENCIAMENTO DEVE INICIAR EM:
112025399	415073119	26-06-2017	27-06-2017
	416449289	31-03-2018	01-04-2018

3.5.3 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, todos os materiais (formulários, encartes, mídias, etc.) que eventualmente venham a ser entregues pela CONTRATADA relacionados diretamente aos bens e serviços contratados deverão ser constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

3.5.4 DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E GARANTIA.

- a) A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico via telefone, fax, e-mail ou presencial, caso necessário, pelo período contratado, disponibilizando o atendimento todos os dias, 24 horas por dia, todos os dias da semana ininterruptamente, ou seja, suporte na modalidade 24x7x365, e deve incluir os seguintes serviços:
 - i. Atualizações e Upgrades do produto;
 - ii. Abertura de chamados por telefone ou Web;
 - iii. Suporte Remoto;
 - iv. Acesso ao site do Fornecedor e Fóruns de discussão;
 - v. Suportar a no mínimo 06 (seis) pessoas cadastradas como administrador por contrato;
 - vi. Sem limite de requisições para suporte;
 - vii. Níveis de serviço para tempo de resposta.
- b) O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (*updates* e *upgrades*) para os produtos contratados.
- c) Deverá, ainda, ser informada ao CONTRATANTE página na Internet, do fabricante do(s) software(s), onde estejam disponíveis, últimas versões do(s) software(s) e informações sobre correções e reporte de problemas, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas para o acesso. A página deverá conter, ainda, documentação técnica detalhada do(s) software(s) contratado(s).
- d) A CONTRATANTE poderá acionar diretamente o fabricante das licenças contratadas, sem intermédio de fornecedores.

4 Modelo de Execução.

4.1 Mecanismos formais de comunicação.

- 4.1.1 **ORDEM DE SERVIÇO:** DOCUMENTO UTILIZADO PARA SOLICITAR FORMALMENTE À CONTRATADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU O FORNECIMENTO DE BENS RELATIVOS AO OBJETO DO CONTRATO. SENDO QUE PODERÃO SER EMITIDAS TANTAS ORDENS DE SERVIÇO QUANTAS FOREM NECESSÁRIAS PARA CONSECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.
- 4.1.2 **CHAMADO TÉCNICO:** MECANISMO DE ACIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO REMOTO E GARANTIA RELACIONADOS AO OBJETO CONTRATADO. O CHAMADO TÉCNICO SERÁ GERADO PELO CONTRATANTE E ENVIADO À CONTRATADA ATRAVÉS DO SERVIÇO DE SUPORTE REMOTO PRESTADO POR TELEFONE, CORREIO ELETRÔNICO, CHAT E/OU WEBSITE, POR EQUIPE DE TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, PARA ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS TÉCNICAS, OPERACIONAIS OU OUTRAS QUESTÕES RELACIONADAS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, INCLUSIVE A CORREÇÃO DE FALHAS TÉCNICAS – CONFORME REQUISITOS TÉCNICOS DO RESPECTIVO OBJETO. PARA CADA CHAMADO TÉCNICO, A CONTRATADA DEVERÁ INFORMAR UM NÚMERO DE CONTROLE (PROTOCOLO) PARA REGISTRO, BEM COMO MANter HISTÓRICO DE AÇÕES E ATIVIDADES REALIZADAS;
- 4.1.3 NÍVEIS DE SERVIÇO SÃO CRITÉRIOS OBJETIVOS E MENSURÁVEIS, ESTABELECIDOS PELO CONTRATANTE, COM A FINALIDADE DE AFERIR E AVALIAR DIVERSOS FATORES RELACIONADOS COM OS SERVIÇOS CONTRATADOS, QUAIS SEJAM: QUALIDADE, DESEMPENHO, DISPONIBILIDADE E CUSTOS.

4.2 Condições de recebimento dos bens e serviços.

- 4.2.1 O PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS ESPECIFICADOS NESTE TERMO É DE ATÉ **15 (QUINZE)** DIAS CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO, NO ENDEREÇO INDICADO NO ITEM **5.1 LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA**, OU DISPONIBILIZADOS PARA *DOWNLOAD* EM ENDEREÇO ELETRÔNICO FORMALMENTE INFORMADO AO CONTRATANTE POR MEIO DE COMUNICAÇÃO OFICIAL DESTINADA AO ENDEREÇO INDICADO.
- 4.2.2 APÓS A ENTREGA, OS ITENS SERÃO VERIFICADOS PELA EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE ATESTARÁ SUA REGULARIDADE TÉCNICA E ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS. UMA VEZ REALIZADA ESSA VERIFICAÇÃO E ATESTADA A REGULARIDADE, O CONTRATANTE – POR MEIO DA ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL – EMITIRÁ, O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, CONFORME DISPOSTO NO INCISO I, ALÍNEA “B” DO ARTIGO 73 DA LEI Nº 8.666/1993. A CGTI ADOTARÁ AS SEGUINTEs FORMAS DE ATESTE DOS ITENS FORNECIDOS:
- a) **provisório**, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- b) **definitivo**, em no máximo 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório e após a verificação da qualidade e sua consequente aceitação, mediante emissão do termo de recebimento definitivo, assinado pelas partes.

4.2.3 TODOS OS PRAZOS EXPRESSOS NO CRONOGRAMA, QUANDO NÃO HOUVER CITAÇÃO EM CONTRÁRIO, SERÃO CONTADOS EM DIAS ÚTEIS.

D	EVENTO	DATA DE ENTREGA	PRAZO PAGAMENTO
0	Assinatura do Contrato.	D ₀ (zero)	0%
1	Emissão da Ordem de Serviço.	Até D ₀ + 15	0%
2	Fornecimento da licença solicitada na Ordem de Serviço.	D ₁ + 15	0%
3	Recebimento Provisório	D ₂ + 1	0%
4	Recebimento Definitivo	D ₃ + 10	0%
5	Ateste Definitivo da Nota Fiscal/Fatura	D ₄ + 40	0%
6	Pagamento pela área financeira	D ₅ + 30	100% - reduções de pagamento), ou seja, valor do contrato, computado, caso necessário, a aplicação de ajustes relativos a serviços não executados e aos eventuais descumprimentos dos níveis mínimos de serviço exigidos.

4.2.4 EM TERMOS GERAIS OS PRAZOS EXPRESSOS NO CRONOGRAMA INFORMAM:

- 4.2.4.1 A CGTI EMITIRÁ A ORDEM DE SERVIÇO REFERENTE AOS ITENS E QUANTITATIVOS DA SOLUÇÃO;
- 4.2.4.2 APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO, A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR/EXECUTAR A SOLUÇÃO DE TI, OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, NA CGTI, SITUADO NO ENDEREÇO DE ENTREGA INDICADO NO ITEM 5.1 LOCAIS E PRAZOS DE ENTREGA.;
- 4.2.4.3 EFETUADA A ENTREGA/EXECUÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO, A EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO CONFECCIONARÁ O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, QUE SERÁ ENCAMINHADO AO PREPOSTO DA CONTRATADA PARA MANTER O REFERIDO CONTROLE.
- 4.2.4.4 APÓS O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, A EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO PROCEDERÁ COM A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO FORNECIMENTO/SERVIÇO EXECUTADO DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DEFINIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EMITINDO O DEVIDO PARECER TÉCNICO;
- 4.2.4.5 APÓS AS DEVIDAS ANÁLISES, CASO SEJA IDENTIFICADO ALGUMA DISCORDÂNCIA, A CONTRATADA SERÁ NOTIFICADA PELA EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO. REALIZADA A NOTIFICAÇÃO, A CONTRATADA DEVERÁ SANAR AS DIVERGÊNCIAS ENCONTRADAS NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS DO SEU RECEBIMENTO;
- 4.2.4.6 CASO A CONTRATADA NÃO SOLUCIONE OS VÍCIOS ENCONTRADOS NO PRAZO ACIMA CITADO, O GESTOR DO CONTRATO IRÁ PROCEDER COM A INDICAÇÃO DE SANÇÕES A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA.
- 4.2.4.7 APÓS A VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE ENTRE OS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, DAR-SE-Á O ACEITE DEFINITIVO VIA ELABORAÇÃO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;
- 4.2.4.8 EM CASO DE INDEFERIMENTO DO ACEITE PROVISÓRIO OU DEFINITIVO EM PARTE OU TOTAL DOS SERVIÇOS SOLICITADOS, A LICITANTE TERÁ O PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, A PARTIR DA DATA DA NOTIFICAÇÃO, PARA SANAR/CORRIGIR AS PENDÊNCIAS QUE DERAM CAUSA AO INDEFERIMENTO, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE SANÇÃO.

5 Modelo de Gestão.

5.1 Locais e prazos de entrega.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN
SEPS Quadra 713/913 Sul, Bloco D, 1º Andar.
Brasília (DF) – CEP 70.390-135

Os serviços deverão ser disponibilizados para o IPHAN em, no máximo, **15** (quinze) quinze dias corridos contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

5.2 Metodologia de avaliação da qualidade e da adequação às especificações.

- 5.2.1 A ENTREGA DOS SERVIÇOS SERÁ MENSURADA CONFORME NÍVEIS DE ACEITAÇÃO EXIGIDOS PELO IPHAN.
- 5.2.2 OS SERVIÇOS PRESTADOS SERÃO FREQUENTEMENTE AVALIADOS CONFORME PREVISTO NAS ESPECIFICAÇÕES DE NÍVEIS DE ATENDIMENTO PREVISTAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
- 5.2.3 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR OS NÍVEIS DE SERVIÇO ALCANÇADOS BEM COMO AS JUSTIFICATIVAS PELO NÃO ATENDIMENTO, CASO EXISTAM.
- 5.2.4 OS SERVIÇOS CONTRATADOS DEVERÃO TER GARANTIA DE QUALIDADE E DISPONIBILIDADE NA MODALIDADE **24x7** (VINTE E QUATRO HORAS POR **7** (SETE) DIAS NA SEMANA;
- 5.2.5 A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR CANAL DE ATENDIMENTO PARA ABERTURA DE CHAMADOS TÉCNICOS (SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO) PELO MENOS 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, MEDIANTE SISTEMA WEB OU DE UM TELEFONE 0800;
- 5.2.6 PARA CADA CHAMADO TÉCNICO, A CONTRATADA DEVERÁ INFORMAR UM NÚMERO DE CONTROLE (PROTOCOLO) PARA REGISTRO, BEM COMO MANter HISTÓRICO DE AÇÕES E ATIVIDADES REALIZADAS;
- 5.2.7 UMA VEZ RECEBIDA UMA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO, O FORNECEDOR DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM O IPHAN, GARANTINDO QUE ESSE TEMPO NÃO SERÁ SUPERIOR A **30 (TRINTA) MINUTOS**.
- 5.2.8 O NÍVEL DE SEVERIDADE DOS CHAMADOS DEVERÁ SER COMUNICADO À CONTRATANTE NO MOMENTO DE SUA ABERTURA;
- 5.2.9 NÍVEIS DE SERVIÇO PAR A TEMPO DE SOLUÇÃO:
- 5.2.9.1 SEVERIDADE 1 (CRÍTICA): 30 (TRINTA) MINUTOS EM REGIME 24x7;
- 5.2.9.2 SEVERIDADE 2 (ALTA): 4 (QUATRO) HORAS;
- 5.2.9.3 SEVERIDADE 3 (MÉDIA): 8 (OITO) HORAS;
- 5.2.9.4 SEVERIDADE 4 (BAIXA): 12 (DOZE) HORAS.
- 5.2.10 NÍVEIS DE SERVIÇO.

SEVERIDADE	NÍVEIS DE SEVERIDADE	DESCRIÇÃO
1	Crítica	Servidor de produção fora de operação e sem qualquer solução de contorno para emprego imediato. A atividade-fim da instituição foi significativamente perturbada.
2	Alta	Funcionalidades principais severamente prejudicadas. Operação prossegue com restrições significativas. Solução de contorno temporária disponível.
3	Média	Perda de funcionalidades não críticas. Operações deficientes de alguns componentes.
4	Baixa	Questões de caráter geral, destinados elaboração de diagnóstico, esclarecimento de dúvidas, avaliação de ambiente, realização de workshops, ou para implementar procedimentos de evolução de versão de produto e aplicação de melhorias e correções, com vistas a prevenir a ocorrência de problemas.

- 5.2.11 OS CHAMADOS CLASSIFICADOS COM SEVERIDADE 2, QUANDO NÃO SOLUCIONADOS NO TEMPO DEFINIDO, PODERÃO SER ESCALADOS PARA O NÍVEL DE SEVERIDADE 1, SENDO QUE OS PRAZOS DE ATENDIMENTO E DE SOLUÇÃO DO PROBLEMA, BEM COMO OS PRAZOS E PERCENTUAIS DE GLOSAS E MULTAS, SERÃO AUTOMATICAMENTE AJUSTADOS PARA O NOVO NÍVEL DE SEVERIDADE;
- 5.2.12 OS CHAMADOS CLASSIFICADOS COM SEVERIDADE 1 E 2 SERÃO NECESSARIAMENTE ATENDIDOS ON-SITE, NAS INSTALAÇÕES DO IPHAN, SENDO QUE A PRESENCIALIDADE DA EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA NÃO DEVE ULTRAPASSAR 1 (UMA) HORA;
- 5.2.12.1 OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS NAS INSTALAÇÕES DO IPHAN POR TÉCNICOS DA EMPRESA CONTRATADA DETENTORES DO PERFIL ADEQUADO.
- 5.2.13 OS CHAMADOS DE SUPORTE DE SEVERIDADE 1 DEVERÃO SER ATENDIDOS A QUALQUER HORA DO DIA OU DA NOITE, SEJA EM DIA ÚTIL, FINAL DE SEMANA OU FERIADO E NÃO PODERÃO TER O ATENDIMENTO INTERROMPIDO ATÉ A RECUPERAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E APLICAÇÕES ENVOLVIDOS, MESMO QUE SE ESTENDA PARA PERÍODOS NOTURNOS E DIAS NÃO ÚTEIS COMO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS;
- 5.2.14 O CHAMADO TÉCNICO SÓ SERÁ CONSIDERADO CONCLUÍDO APÓS CONFIRMAÇÃO DO IPHAN;
- 5.2.15 O NÍVEL DE SEVERIDADE DE UM CHAMADO PODERÁ SER RECLASSIFICADO. NESTE CASO, HAVERÁ NOVA CONTAGEM DE PRAZO, CONFORME O NOVO NÍVEL DE SEVERIDADE;
- 5.2.16 A EQUIPE DE GESTÃO CONTRATUAL SERÁ RESPONSÁVEL POR MONITORAR CONSTANTEMENTE O NÍVEL DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS PARA EVITAR SUA DEGENERAÇÃO, INTERVINDO PARA CORRIGIR OU APLICAR GLOSAS E SANÇÕES QUANDO VERIFICAR DESCONFORMIDADES.
- 5.2.17 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, MENSALMENTE, RELATÓRIO CONTENDO AS INFORMAÇÕES DE DATA E HORA DE ABERTURA E FECHAMENTO DO CHAMADO, NOME DO RESPONSÁVEL PELA ABERTURA, NOME DO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO, NÚMERO DE CONTROLE (PROTOCOLO), NÍVEL DE SEVERIDADE E DESCRIÇÃO SUCINTA DO CHAMADO.

6 Exigências de habilitação.

- 6.1 Os licitantes devem comprovar que possuem a autorização do(s) fabricante(s) do(s) software(s) ofertado(s) para prover o serviço de suporte técnico; caso não sejam estes os próprios fabricantes.
- 6.2 Os critérios a serem adotados para julgamento das propostas devem ser correntes no mercado, conforme alínea “a”, inciso VII, do art. 15 da IN SLTI/MP nº 04/2010.
- 6.3 A comprovação de originalidade dos itens fornecidos poderá ser feita por verificação eletrônica em endereço virtual do fabricante do(s) software(s).
- 6.4 Requisitos técnicos de habilitação.
 - 6.4.1 A LICITANTE DEVERÁ COMPROVAR SUA CAPACITAÇÃO TÉCNICA E EXPERIÊNCIA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CORRELATOS AS DO OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, CONFORME OS TERMOS DO ART. 30, PARÁGRAFO 1º, DA LEI 8.666/93.
 - 6.4.2 A HABILITAÇÃO CONSISTE NO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA E À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. TEM POR OBJETIVOS COMPROVAR:
 - 6.4.3 O FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO POR PARTE DA LICITANTE;
 - 6.4.4 A BOA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA LICITANTE, BEM COMO A SUA CAPACIDADE FINANCEIRA PARA ASSUMIR OS COMPROMISSOS DECORRENTES DA ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO; E
 - 6.4.5 A CAPACIDADE TÉCNICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO, POR MEIO DE COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO ANTERIOR DE OBJETO SIMILAR.
 - 6.4.6 A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
 - 6.4.7 A CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL REFERE-SE À CAPACIDADE OPERATIVA DA EMPRESA LICITANTE PARA EXECUTAR O OBJETO E SEUS REQUISITOS ESTÃO RESTRITOS AO OBJETIVO DE SELECIONAR UMA EMPRESA QUE, COMPROVADAMENTE, POSSUA AS CONDIÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS NECESSÁRIAS À BOA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO, LIMITANDO-SE AOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA E EM PERCENTUAIS RAZOÁVEIS.

É cabível a exigência de comprovação da capacidade técnico operacional mediante atestados, sendo admitida inclusive, a possibilidade de exigências de quantitativos mínimos e prazos máximos para essa comprovação, desde que demonstrada a adequação e a pertinência de tal exigência em relação ao objeto licitado. [TCU Acórdão 1417/2008 Plenário]

6.4.8 PARA EFEITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, OS LICITANTES DEVEM APRESENTAR ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE DEMONSTREM O CUMPRIMENTO DE ATIVIDADE PERTINENTE E COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS.

6.5 Dos Atestados de Capacidade Técnica.

6.5.1 OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA SÃO DOCUMENTOS FORNECIDOS POR PESSOA JURÍDICA, DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, PARA QUEM O LICITANTE TENHA DESEMPENHADO AS ATIVIDADES A SEREM COMPROVADAS. DEVEM ESSES DOCUMENTOS ATENDER AO SEGUINTE:

- a) Estar relacionados ao objeto da licitação de forma pertinente e compatível em características, quantidades e prazos exigidos – sendo permitido o somatório de quantitativos, de forma a ampliar a competição;
- b) Ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emissor;
- c) Ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- d) Estar assinados por quem tenha competência para expedi-los.

6.5.2 A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EXPEDIDO POR ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA, QUE COMPROVE APTIDÃO DA LICITANTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IGUAIS OU SIMILARES, DE NATUREZA COMPATÍVEL E PERTINENTE COM O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, DEVIDAMENTE DATADO, ASSINADO E COM IDENTIFICAÇÃO DO ATESTANTE;

6.5.3 A LICITANTE DEVERÁ COMPROVAR, A AUTORIZAÇÃO DO FABRICANTE (VMWARE) PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE TODA A SOLUÇÃO OFERTADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETOS DESTE CONTRATO.

7 Forma de Pagamento.

7.1 O “atesto” e o pagamento fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados, observando as disposições constantes do Termo de Referência.

7.2 O valor do pagamento será ajustado de acordo com as infrações cometidas pela CONTRATADA na prestação dos serviços e nas obrigações do Contrato, e terá por base **níveis de serviço** conforme relacionados no Termo de Referência, que servirão como referência para o gestor e os fiscais do contrato.

7.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.4 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5 Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;

- 7.5.1 NENHUM PAGAMENTO SERÁ EFETUADO À CONTRATADA ENQUANTO ESTIVER PENDENTE DE LIQUIDAÇÃO QUALQUER OBRIGAÇÃO FINANCEIRA QUE LHE FOR IMPOSTA, EM VIRTUDE DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE OU INADIMPLÊNCIA DECORRENTES DO PRESENTE PROCESSO;
- 7.6 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 7.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP	
Onde	EM = Encargos Moratórios
	VP = Valor da Parcela
	N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo adimplemento
	I = Índice de Compensação Financeira (0,00016438).
I = (TX/100)/360 = (6/100)365 = 0,0001648	
Onde	I = Índice de Compensação Financeira
	Tx= Taxa (6,0%)

- 7.8 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas corretivas necessárias. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

8 Reajuste de Preços.

- 8.1 As partes contratantes convencionam que o valor de reajuste não poderá ser superior à variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) do período, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha a substituí-lo, durante a sua vigência.
- 8.2 Para efeito de aplicação do reajuste, a anualidade será contada a partir da data limite para apresentação da proposta e serão considerados para o cálculo os índices acumulados até o mês anterior ao reajustamento.
- 8.3 Caberá à CONTRATADA postular tempestivamente o reajustamento do preço contratado, a quem também incumbirá o encargo do cálculo minucioso do reajuste convencionado, juntando-se o respectivo memorial de cálculo do reajustamento.

9 Sanções Administrativas.

- 9.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e municípios e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

a) cometer fraude fiscal;

- b) apresentar documentação falsa;
- c) fazer declaração falsa;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) falhar na execução do objeto;
- g) fraudar na execução do objeto.

10 Inadimplemento Contratual.

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - I. 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso no fornecimento considerando os prazos aplicável até o 20º (vigésimo) dia de atraso;
 - II. 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, aplicável a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso, configurando a inexecução total do objeto, o que poderá acarretar o cancelamento da contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
 - III. 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, pelo descumprimento de qualquer outra obrigação contratual.
 - IV. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o IPHAN, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
 - V. Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar com a Administração.

10.2 As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

10.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso no fornecimento do material advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.4 Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação.

10.5 A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

10.6 A relação entre ocorrência e sanção, conforme o art. 17, IX, da Instrução normativa nº 04/2010 SLTI/MPOG, figura-se na Tabela a seguir, sem prejuízo de outras previstas neste Termo de Referência.

ID	OCORRÊNCIA	SANÇÃO	RISCO RELACIONADO	NÍVEL
1	Não comparecer à reunião inicial prevista no Termo de Referência, injustificadamente.	Advertência. Em caso de reincidência, multa moratória de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato.	Risco do prazo contratual para implantação da Solução de TI não ser cumprido.	Alto
2	Atraso no fornecimento do objeto contratado, até o 20º dia de atraso.	Multa de 0,25% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso.	Indisponibilidade dos benefícios da contratação por conta do não cumprimento de prazos contratuais.	Alto
3	Atraso no fornecimento do objeto contratado, a partir do 21º dia de atraso.	Multa de 10% sobre o valor total da contratação.	Indisponibilidade dos benefícios da contratação por conta do não cumprimento de prazos contratuais.	Alto
4	Não manter disponível o serviço de suporte técnico remoto para abertura de chamados pelo CONTRATANTE, durante a vigência da Garantia e conforme estabelecido no Termo de Referência.	Multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de indisponibilidade, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Descumprimento do nível de serviço e dos requisitos de qualidade e garantia.	Alto
5	Não atender ao Nível de Serviço relativo aos prazos para resolução dos chamados de Suporte Remoto.	Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Descumprimento do nível de serviço e dos requisitos de qualidade e garantia.	Alto
6	Não encaminhar o Relatório Mensal sobre chamados de Suporte Remoto à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da apuração, durante a vigência contratual.	Multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Descumprimento do nível de serviço e dos requisitos de qualidade e garantia.	Alto
7	Não manter sigilo absoluto sobre os dados, informações, códigos-fonte, artefatos e demais dados contidos em quaisquer documentos e mídias; agindo em desacordo com o Termo de Compromisso de Sigilo e Confidencialidade das Informações.	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Falha de segurança da informação quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais de sigilo e propriedade intelectual.	Alto

ID	OCORRÊNCIA	SANÇÃO	RISCO RELACIONADO	NÍVEL
8	Descumprimento de qualquer obrigação contratual.	Multa de 5% sobre o valor total da contratação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.	Risco de gestão contratual e indisponibilidade dos benefícios da contratação por conta do não cumprimento de condições contratuais.	Alto

10.7 Na hipótese de se tratar de prestação única ou de prestação sucessiva da qual dependam as demais prestações, a base de cálculo para a multa deverá incluir os valores pertinentes a esses totais. Alcançados os limites legais das sanções aplicáveis ao fornecimento do bem ou serviço não adimplido, tornada a prestação inútil ou antes que haja prejuízo à Administração na persistência da conduta, o CONTRATANTE estará autorizado a:

- a) avaliar a opção de rescisão do contrato;
- b) verificar se há descumprimento total da obrigação contratual com prejuízo à utilidade e ao proveito das futuras prestações;
- c) Sujeitar a CONTRATADA às sanções de suspensão temporária, não superior a cinco anos, de participação em licitação e impedimento de contratação com a Administração ou declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração;
- d) reclamar perdas e danos verificados;
- e) havendo indícios de crime, provocar a iniciativa do Ministério Público, nos termos do artigo 101 da Lei nº 8.666/1993 e artigo 27 do Código de Processo Penal Brasileiro, para verificação da responsabilidade penal.

10.8 Quando não houver possibilidade de promover o desconto das multas nas parcelas a serem pagas à CONTRATADA, os valores deverão ser recolhidos a favor do CONTRATANTE, em conta a ser informada pela área administrativa, no prazo de **05** (cinco) dias, a partir da intimação por ofício da CONTRATADA, incidindo após esse prazo, nos termos do artigo 37-A da Lei nº 10.522/2002 (alterada pela Lei nº 11.491/2009), cumulativamente:

- a) Juros pela taxa SELIC e multa de mora diária de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), até o limite de 20% (vinte por cento), calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais, e
- b) Encargo legal de 20% (vinte por cento), calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à Dívida Ativa da União.

10.9 Na hipótese de inadimplemento contratual total inescusável, a multa poderá ser de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato sem prejuízo das sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade, rescisão contratual e cobrança de danos e encargos.

11 Responsabilidades das partes.

11.1 Responsabilidades do CONTRATANTE.

Conforme definido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014, são responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- b) Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de *Ordens de Serviço ou Fornecimento de Bens*, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, observando-se o disposto no arts. 19 e 33 da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 21 da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- d) Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto adquirido;
- e) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando se tratar de contrato oriundo de Ata de Registro de Preços;
- g) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em CONTRATO;
- h) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- i) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- j) Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso do fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados;
- k) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.

11.2 Responsabilidades da CONTRATADA.

Na forma da legislação em vigor, em especial quanto ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2014, são responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do CONTRATO;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Efetuar a entrega dos Itens previstos na **Tabela 1. Objeto da contratação**: Relação de itens e valores máximos estimados. de acordo com as especificações;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de **05 (cinco)** dias corridos, a contar da emissão da solicitação da CONTRATANTE o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- e) Atender às solicitações do CONTRATANTE, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos;
- f) Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- g) Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- i) Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- j) Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea “g” da IN SLTI/MP nº 04/2014;
- k) Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- l) A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes;
- m) Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas; e
- n) A CONTRATADA não deverá se valer do contrato a ser celebrado para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do IPHAN;
- o) Atender às solicitações do IPHAN, de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativo e cronogramas físicos que venham a ser estabelecidos;
- p) Proibir a veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca do objeto do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;
- q) Providenciar para que os produtos da contratação sejam entregues em perfeito estado, com a segurança necessária, garantindo o transporte, a entrega nos locais indicados pelo CONTRATANTE sem quaisquer danos, avarias ou ônus adicionais para o CONTRATANTE;
- r) Executar os serviços por intermédio de profissionais qualificados, com experiência e conhecimento compatíveis com os serviços a serem realizados;
- s) Submeter as decisões e os documentos técnicos dos Projetos à aprovação da área de TI do CONTRATANTE;

- t) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados.

11.2.1 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.

11.2.1.1 QUANTO À PROPRIEDADE INTELECTUAL DOS SOFTWARES.

Por tratar-se de produto protegido por direitos de propriedade intelectual a relação entre as partes – quanto ao uso e distribuição dos itens adquiridos – será regulada pelo que estabelece a Lei Federal nº 9.609/1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no Brasil, e dá outras providências.

11.2.1.2 QUANTO À CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.

A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes.

A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte, artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo os coletores de dados e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos de levantamento de requisitos, construção, implantação e execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

11.2.1.3 QUANTO À TRANSIÇÃO CONTRATUAL.

A CONTRATADA se compromete, em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 8.666/93, promover transição contratual e repassar para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por esta indicada todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços. Tal procedimento deverá ser realizado em evento formal no período dos últimos três meses de vigência.

11.2.1.4 QUANTO À TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO.

Em conformidade com o parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA promover transição contratual e repassar para o CONTRATANTE e/ou para outra empresa por este indicada todos os dados, documentos e elementos de informação utilizados na execução dos serviços.

11.2.1.5 QUANTO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.

A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos básicos mínimos de segurança a seguir:

- a) Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, inclusive sua Política de Segurança da Informação e Comunicações – caso existente;
- b) A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE;
- c) A CONTRATADA deverá assinar o termo de compromisso de manutenção de sigilo e cumprimento das normas de segurança da informação (Encartes I e II), declarando

total obediência às normas de segurança vigente, ou que venham a ser implantada, a qualquer tempo, pelo CONTRATANTE;

- d) A CONTRADA deverá seguir as normas, padrões e regulamentos de segurança da informação que venham a expressos na Política de Segurança da Informação e Comunicações IPHAN.

11.3 Sigilo e Segurança das Informações

11.3.1 A CONTRATADA É INTEGRALMENTE RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DE SIGILO SOBRE QUAISQUER DADOS E INFORMAÇÕES FORNECIDOS PELO IPHAN OU CONTIDOS EM QUAISQUER DOCUMENTOS E MÍDIAS DE QUE VENHA A TER ACESSO DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL, NÃO PODENDO, SOB QUALQUER PRETEXTO E FORMA, DIVULGÁ-LOS, REPRODUZI-LOS OU UTILIZÁ-LOS PARA FINS ALHEIOS À EXCLUSIVA NECESSIDADE DOS SERVIÇOS CONTRATADOS.

11.3.2 A CONTRATADA FIRMARÁ, EM TERMO PRÓPRIO, COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES. ADICIONALMENTE, CADA PROFISSIONAL A SERVIÇO DA(S) CONTRATADA DEVERÁ ASSINAR TERMO PRÓPRIO ATESTANDO CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE TAL COMPROMISSO.

11.3.3 A CONTRATADA, NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, DEVERÁ OBSERVAR A POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO DO CONTRATANTE, OS NORMATIVOS VIGENTES E AS BOAS PRÁTICAS RELATIVAS À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, ESPECIALMENTE AS INDICADAS NOS NORMATIVOS INTERNOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, EM TODAS AS ATIVIDADES EXECUTADAS.

11.4 Vigência Contratual.

11.4.1 O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 36 (TRINTA E SEIS) MESES, CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DOS PRODUTOS.

11.4.2 O PRAZO DE GARANTIA SERÁ COMPUTADO A PARTIR DA DATA DE ATESTO DA NOTA FISCAL PELO SETOR DEMANDANTE. O(S) LICITANTE(S) VENCEDOR(ES) PODEM RECEBER, SE SOLICITADO, DO SETOR DEMANDANTE CÓPIA ATESTADA DA NOTA FISCAL POR E-MAIL OU FAX PARA MANTER O CONTROLE DO REFERIDO PRAZO;

11.5 Aditamento Contratual.

11.5.1 A CONTRATADA FICARÁ OBRIGADA A ACEITAR, NAS MESMAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, E MEDIANTE TERMO ADITIVO, OS ACRÉSCIMOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS AO QUANTITATIVO DOS MATERIAIS, NO MONTANTE DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO VALOR INICIAL ATUALIZADO DO PRESENTE CONTRATO, DE ACORDO COM O ARTIGO 65 §1º DA LEI Nº 8.666/1993.

11.6 Garantia Contratual.

11.6.1 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, CONTADO DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, COMPROVANTE DE GARANTIA, NO VALOR CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO, QUE SERÁ LIBERADO SOMENTE APÓS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, CABENDO-LHE OPTAR POR UMA DAS MODALIDADES DE GARANTIA PREVISTA NO ART. 56, § 1º DA LEI 8.666/93.

11.7 Fiscalização.

O IPHAN – por intermédio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da empresa CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto licitado, cabendo-lhe, entre outras providências de ordem técnica:

- a) Conferir a execução do objeto licitado e atestar as notas fiscais;
- b) Realizar com a empresa contratada contatos informais, sem prejuízo dos formais, com a finalidade de facilitar e agilizar o fornecimento do objeto licitado;
- c) Apurar eventuais faltas da empresa contratada que possam gerar a aplicação das sanções previstas, informando-as à Coordenação Geral de Logística, Convênios e Contratos (CGLOG), sob pena de responsabilidades;
- d) Realizar gestão para sanar casos omissos, na sua esfera de atribuições, submetendo à autoridade competente as questões controvertidas decorrentes da execução do objeto licitado, ouvindo a CGLOG, objetivando a solução das questões suscitadas;
- e) Cumprir e fazer cumprir as cláusulas e condições pactuadas avençadas;

O CONTRATANTE designará equipe de gestão do Contrato para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência, que registrará, em relatórios, todas as ocorrências relacionadas com sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor serão solicitadas à autoridade competente do CONTRATANTE, para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Conforme art. 43, §3º da Lei 8.666/93, os conteúdos dos atestados/declarações poderão ser objeto de averiguação do corpo técnico do CONTRATANTE, que por meio de diligências presenciais ou baseada em análise documental, emitirão parecer técnico quanto à verificação do conteúdo dos respectivos documentos de comprovação técnica.

12 Estimativa de preços da contratação.

De acordo com a legislação vigente, contratações públicas somente poderão ser realizadas após estimativa prévia de seu respectivo valor, que deve obrigatoriamente ser juntado ao processo de contratação e ao ato convocatório divulgado (Edital). A estimativa do valor da contratação é um importante fator de subsídio para a escolha da modalidade de licitação e também terá por finalidade verificar a existência de recursos orçamentários suficientes para a contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das propostas apresentadas.

A pesquisa de preços foi realizada junto a empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, e com órgãos públicos, tendo como referência os preços correntes no mercado onde será realizada a licitação. A tabela apresenta o resultado da pesquisa de preços realizada com 4 (quatro) instituições entre empresas e órgãos públicos. A pesquisa de preços apresentou os seguintes resultados. A pesquisa de preços apresentou os seguintes resultados:

Tabela 11: Planilha de estimativa de preços da contratação.

PESQUISA DE PREÇOS (IN SLTI.MP nº 05.2014)				
FONTE	ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
A	01	12	R\$12.884,81	R\$154.617,72
	02	1	R\$ 22.098,78	R\$22.098,78
B	01	12	R\$ 11.621,93	R\$ 139.463,16
	02	1	R\$ 19.933,80	R\$ 19.933,80

C	01	12	R\$ 14.011,60	R\$ 168.139,20	
	02	1	R\$ 23.031,33	R\$ 23.031,33	
D	01	12	R\$ 15.322,00	R\$ 183.864,00	
	02	1	R\$ 24.116,00	R\$ 24.116,00	
Critério Adotado (Menor Preço)			Item	MENOR VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			01	R\$ 11.621,93	R\$ 139.463,16
			02	R\$ 19.933,80	R\$ 19.933,80

13 Adequação orçamentária.

Tabela 12: Planilha de orçamento e indicação da fonte de recursos.

ORÇAMENTO DETALHADO					
A	B	C	D	E	F
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO [E x D]
01	Licença de uso do software VMware® vSphere Enterprise Plus para sistema operacional Windows, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	Serviço	12	R\$ 11.621,93	R\$ 139.463,16
02	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	Serviço	1	R\$ 19.933,80	R\$ 19.933,80
ORÇAMENTO GLOBAL ESTIMADO:					R\$ 159.396,96
FONTE DE RECURSOS					
Programa		2107 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura			
Ação		2000 – Administração da Unidade			

ORÇAMENTO DETALHADO	
PTRES	110109
Plano Interno	7HHm0050001
Elemento de Despesa (A)	33.90.39

13.1 Modalidade de Licitação e Forma de Julgamento.

A licitação será realizada na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, com julgamento pelo critério de **"Menor Preço"**.

13.2 Requisitos da proposta técnica.

13.2.1 No prazo designado no edital, a licitante deverá encaminhar a proposta de preços expressa em moeda nacional;

13.2.2 A proposta de preços deve apresentar Modelo de Proposta de Preços presente Termo de Referência - ENCARTE I MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS. e deverá conter, no mínimo:

13.2.2.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO;

13.2.2.2 QUANTITATIVO;

13.2.2.3 VALOR UNITÁRIO E TOTAL;

13.2.2.4 DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO ATENDIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA FINS DE EXAME E ACEITABILIDADE DO PREÇO, ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO/EMPRESA, SEM RASURAS E ENTRELINHAS, DEVENDO TODAS AS PÁGINAS ESTAREM NUMERADAS, RUBRICADAS E, NA ÚLTIMA, CONSTAR A ASSINATURA DO SEU RESPONSÁVEL LEGAL;

13.2.2.5 DEVERÃO SER INFORMADOS TODOS OS COMPONENTES RELEVANTES DA SOLUÇÃO PROPOSTA COM SEUS RESPECTIVOS CÓDIGOS DO FABRICANTE (MARCA, MODELO, FABRICANTE E *PART NUMBERS*), DESCRIÇÃO E QUANTIDADES, PERMITINDO ASSIM A IDENTIFICAÇÃO CLARA E OBJETIVA DOS PRODUTOS OFERTADOS. A NÃO OBSERVÂNCIA DESSA EXIGÊNCIA ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE.

13.2.2.6 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE DIRECIONADO AO IPHAN PARA O REFERIDO PROCESSO INDICANDO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA, QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS DE GARANTIA. NA DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ CONSTAR AINDA QUE SERVIÇOS DE GARANTIA OFERTADOS NA PROPOSTA DO FABRICANTE/REVENDEDOR COBREM AS CONDIÇÕES EXIGIDAS E QUE CASO EVENTUALMENTE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA ESTEJA IMPEDIDA DE REALIZAR ATENDIMENTOS, OS MESMOS SERÃO REALIZADOS POR OUTRA AUTORIZADA (INDICADA PELO FABRICANTE) OU PELO PRÓPRIO FABRICANTE SEM ÔNUS ADICIONAL PARA ESTE ÓRGÃO;

ITEM	SOLUÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL em 36 (trinta e seis) meses (R\$)
01	Licença de uso do software VMware vSphere Enterprise Plus para sistema operacional Windows, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	12		
02	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	1		

13.2.3 A validade da proposta final será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão do Pregão, independente da existência de outro prazo na proposta;

13.2.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis na forma da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, ou contiverem irregularidades insanáveis.

13.3 Critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais.

13.3.1 Os preços unitários finais ofertados não poderão ultrapassar os preços unitários orçados para os itens respectivos, sob pena de desclassificação da proposta;

13.3.2 Considerar-se-ão inclusas na proposta de preços apresentados, não cabendo reivindicações a posteriori:

13.3.2.1 TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS A PLENA EXECUÇÃO DO (A) FORNECIMENTO DO OBJETO E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ALÉM DE TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS INCIDENTES, ENFIM, TODAS AS DESPESAS INERENTES AO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E PROPOSTA DE PREÇO;

13.3.2.2 AS DESPESAS DECORRENTES DE IMPOSTOS, TAXAS, SEGUROS, CONTRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS JUNTO AO CREA/PE E DEMAIS ENCARGOS, QUANDO APLICÁVEIS;

- 13.3.2.3 QUANTO AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES SOBRE A(O)FORNECIMENTO DO OBJETO E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, CADA LICITANTE E RESPONSÁVEL PELA INFORMACAO DAS CORRESPONDENTES ALÍQUOTAS, DE ACORDO COM O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO;
- 13.3.2.4 OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS PROPOSTOS SERÃO DA EXCLUSIVA E TOTAL RESPONSABILIDADE DA LICITANTE, NÃO LHE CABENDO O DIREITO DE PLEITEAR QUALQUER ALTERAÇÃO, SEJA PARA MAIS, OU, PARA MENOS, RESSALVADAS AS OFERTAS DE LANCES;
- 13.3.2.5 EXISTINDO DIVERGÊNCIAS NO PREÇO GLOBAL EM ALGARISMOS E POR EXTENSO, PREVALECERA ESTE ÚLTIMO;

13.4 Critérios de julgamento.

13.4.1 O critério de julgamento será o de *MENOR PREÇO GLOBAL*, admitindo-se, como critério de aceitabilidade, preços não superiores aos demonstrados no **ENCARTE I MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS**.

LICITAÇÃO	
Modalidade:	Pregão Eletrônico.
Tipo:	Menor Preço
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global por Grupo/Lote

14 Disposições gerais.

Este documento é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o IPHAN não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

- 14.1 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 14.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Encartes, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no IPHAN;

15 Assinaturas.

Nos termos do Parágrafo 6º do artigo 14 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 11 de setembro de 2014, “o *Termo de Referência ou Projeto Básico* será assinado pela *Equipe de Planejamento da Contratação* e aprovado pela *autoridade competente*”.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
INTEGRANTE REQUISITANTE	
ASSINATURA	DATA
Sérgio Porto Carneiro Chefe de Divisão de Infraestrutura Tecnológica IPHAN.DPA.CGTI.DIVINF	
INTEGRANTE TÉCNICO DA EQUIPE	
ASSINATURA	DATA
Jane Adriana Analista em Tecnologia da Informação IPHAN.DPA.CGTI.DIVINF	
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO	
ASSINATURA	DATA
Célia Lucas Dias Coordenação de Recurso Logísticos - COREL	

Aprovo. Encaminha-se à **Área de Licitações** para iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
ASSINATURA	DATA
Marcos José Silva Rêgo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração	

ENCARTE I. MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS.

ITEM	SOLUÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO POR ITEM (R\$)	VALOR TOTAL POR ITEM (R\$)
01	Licença de uso do software VMware vSphere Enterprise Plus para sistema operacional Windows, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de patches de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	12		
02	Licença de uso do software VMware vCenter Server Standard, na última versão disponibilizada pelo fabricante para licenciamento governamental, incluindo manutenção, suporte técnico, direito a fornecimento de <i>patches</i> de segurança, correção de bugs e atualização de versões, pelo período de 36 meses, pelo período de 36 meses, 24 horas por dia durante 7 dias por semana.	1		

Instruções para preenchimento da planilha de custos:

- A. Os **itens** devem ser identificados pela numeração, exatamente como constam no Termo de Referência.
- B. O licitante deve fornecer o **valor unitário em Reais (R\$) para cada item**.
- C. O licitante deve fornecer o **valor total em Reais (R\$) de cada item**, obtido pelo produto da multiplicação do valor unitário pela quantidade.

ENCARTE II. MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.**TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**

O NOME DO ÓRGÃO, sediado em ENDEREÇO DO ÓRGÃO, CNPJ n.º CNPJ DO ÓRGÃO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a NOME DA EMPRESA, sediada em ENDEREÇO DA EMPRESA, CNPJ n.º CNPJ DA EMPRESA, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º N.º DO CONTRATO/ANO doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES**, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n.º 4.553, de 27/12/2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- I. Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.
- II. Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.
- III. Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.
- IV. Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
- V. Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível

hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- I. Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III. Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;
- III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de CIDADE (UF), onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

LOCAL:

DATA (DD/MM/AAAA):

--	--	--

De Acordo

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome/Cargo
Matrícula - CPF

Nome/Cargo
Matrícula - CPF

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Nome/Cargo
Matrícula - CPF

Nome/Cargo
Matrícula - CPF

ENCARTE III. MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO OU FORNECIMENTO.

Dados do Contrato Administrativo.

Número do Contrato	
Contratante	
Contratado	

Dados da Ordem de Serviço.

Número	
Requisitante do Serviço	
Data de Emissão	

1. Especificação dos Produtos / Serviços e Volumes.

Id	Produto/Serviço	Quantidade	Preço (R\$)
Total			

2. Instruções Complementares.

--

3. Cronograma.

Id	Tarefa	Prazo

4. Documentos Entregues.

Id	Documento

5. Datas e Prazos.

Data Prevista para Início dos Produtos / Serviços	Data Prevista para Entrega dos Produtos / Serviços	Data de Encerramento da Vigência Contratual

6. Ciência.

6.1. CONTRATANTE – GESTOR DO CONTRATO:

Data	Nome	Matrícula	Assinatura

6.2. CONTRATADA – RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA:

Data	Nome	CPF	Assinatura